

# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

18  
347

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

<b>SOLICITAÇÃO Nº</b>	004/2023
<b>ASSUNTO:</b>	Contratação de empresa que realize serviços técnicos profissionais na área de Engenharia Civil.

### 1. Definição do objeto

O objeto da presente é a contratação de empresa que realize serviços técnicos profissionais na área de Engenharia Civil, para a realização das seguintes atividades: elaborar todos os projetos arquitetônicos, instalações, estruturais e outros que dizem respeito à atividade de engenharia civil (exceto os que envolvam serviços de topografia, sondagem e projeto estrutural em concreto protendido) solicitados pelo CONTRATANTE.

### 2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 04/2023, de 19 de junho de 2023.

### 3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta, é a contratação de empresa realize serviços técnicos profissionais na área de Engenharia Civil, para a realização das seguintes atividades: elaborar todos os projetos arquitetônicos, instalações, estruturais e outros que dizem respeito à atividade de engenharia civil (exceto os que envolvam serviços de topografia, sondagem e projeto estrutural em concreto protendido) solicitados pelo CONTRATANTE. O prazo de execução dos serviços será de agosto a dezembro de 2023, podendo ser prorrogado em até 120 (cento e vinte) meses, conforme Art. 107 da Lei Federal 14.133/2021.

### 4. Requisitos da contratação

Os serviços tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, de acordo com o Inciso XIII do Art. 6º da Lei Federal 14.133/2021.

O prazo de execução dos serviços será de agosto a dezembro de 2023, podendo ser prorrogado em até 120 (cento e vinte) meses, conforme Art. 107 da Lei Federal 14.133/2021.

A empresa contratada, através do profissional habilitado ou representante deverá comparecer mínimo 03 (três) dias por semana, em datas e horários a serem acordadas entre as partes, junto a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito do Município, para buscar subsídios para elaboração de projetos, vistorias e outras atividades pertinentes. Quando a atividade não necessitar ser realizada pelo profissional habilitado a empresa poderá enviar outro representante, mediante acordo entre partes.

O profissional habilitado, quando o Município possuir obras em andamento, e as mesmas necessitarem de alguma averiguação imediata, que possam comprometer o andamento da obra, deverá comparecer no local, sempre que solicitado, em no máximo 03 horas após o chamado.

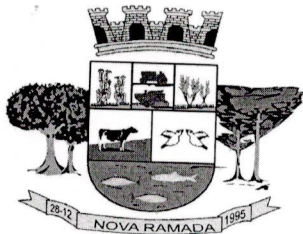
Os prazos para elaboração dos projetos serão definidos, conforme a complexidade dos mesmos, em Ordem de Serviço a ser emitida quando da solicitação do serviço.

Dentre os serviços a serem executados, destaca-se:

- Elaborar todos os projetos – arquitetônicos, instalações, estruturais e outros que dizem respeito à atividade de engenharia civil solicitados pelo CONTRATANTE;
- Acompanhar a execução das obras realizadas diretamente pelo CONTRATANTE;
- Fiscalizar as obras contratadas, em conjunto com os fiscais de contrato a serem designados pelo Município;
- Orientar sobre o planejamento, execução e controle de obras;

Handwritten signature and initials in blue ink.





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

- e) Elaborar memoriais, orçamentos e cronogramas e outros necessários;
- f) Elaborar boletins de medição e vistoria, laudos de recebimento provisório e definitivo de obras do CONTRATANTE;
- g) Desenvolver todas as atividades atinentes as atividades de Engenharia Civil solicitadas pelo CONTRATANTE (exceto os que envolvam serviços de topografia, sondagem e projeto estrutural em concreto protendido).

O pagamento a empresa vencedora será realizado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante autorização da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito. Para tanto, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar a Nota Fiscal competente até último dia útil de cada mês. (No pagamento serão realizadas as retenções de acordo com a Legislação vigente).

### **O orçamento não necessita ser sigiloso.**

A contratação será realizada por meio da modalidade de Pregão Eletrônico - Menor Preço Unitário Mensal.

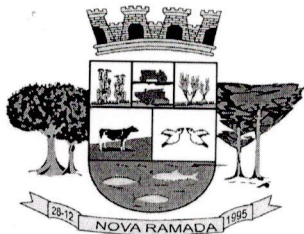
O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

A empresa vencedora deverá apresentar ainda:

- Declaração assinada pelo representante legal da empresa, constando o nome dos profissionais que serão os responsáveis pelos serviços objetos dessa licitação;
- Certidão de Registro da empresa no CREA/RS ou no CAU/BR e se tratando de empresa de outro Estado que tenha registro no CREA, a mesma deverá comprovar vistas no CREA/RS;
- Certidão de Registro do responsável técnico da empresa no CREA/RS ou no CAU/BR e se tratando de empresa de outro Estado que tenha registro no CREA, a mesma deverá comprovar vistas no CREA/RS;
- Apresentar prova de vínculo dos responsáveis técnicos com a empresa licitante. No caso de empregado – anexar cópia autenticada da CTPS; no caso de sócio – anexar cópia do Contrato Social e alterações; no caso de contratado – anexar cópia autenticada do Contrato, o qual deverá estar devidamente registrado.
- Apresentar no mínimo os seguintes atestados de capacidade técnica, **em nome do responsável técnico da empresa**, devidamente registrados no Conselho competente:
  - Atestado de capacidade técnica referente a projeto de arquitetura;
  - Atestado de capacidade técnica referente a projeto de coleta, acondicionamento e transporte de resíduos sólidos urbanos;
  - Atestado de capacidade técnica referente a projeto de estruturas de concreto armado;
  - Atestado de capacidade técnica referente a projeto de PPCI;
  - Atestado de capacidade técnica referente a projeto de pavimentação asfáltica;





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

- Atestado de capacidade técnica referente a projeto de instalações elétricas;
- Atestado de capacidade técnica referente a projeto de instalações hidrossanitária.

### Deverá também declaração do licitante;

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, **empregados executando trabalho degradante ou forçado** observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.
- Declaração que atende os requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei.
- Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (preferência na contratação).
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos

### Deverá das empresas classificadas em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

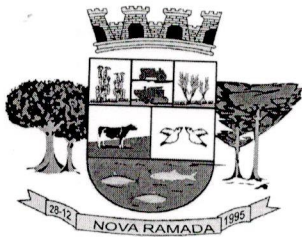
- **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS** ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP** ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));
- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

### 3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**3.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**3.3.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 3.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**3.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo

**3.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**3.6.** A aplicação das sanções previstas no item 3.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**3.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea “b”, do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**3.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**3.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**3.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**3.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**3.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

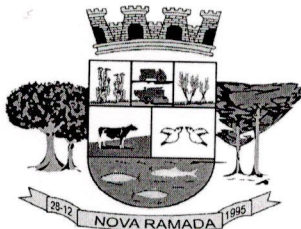
b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro – Cep: 98758-000

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [obras@novaramada.rs.gov.br](mailto:obras@novaramada.rs.gov.br)





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;  
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**3.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 3.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### 5. Modelo de execução do objeto

O prazo de execução dos serviços será de agosto a dezembro de 2023, podendo ser prorrogado em até 120 (cento e vinte) meses, conforme Art. 107 da Lei Federal 14.133/2021.

A empresa contratada, através do profissional habilitado ou representante deverá comparecer mínimo 03 (três) dias por semana, em datas e horários a serem acordadas entre as partes, junto a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito do Município, para buscar subsídios para elaboração de projetos, vistorias e outras atividades pertinentes. Quando a atividade não necessitar ser realizada pelo profissional habilitado a empresa poderá enviar outro representante, mediante acordo entre partes.

O profissional habilitado, quando o Município possuir obras em andamento, e as mesmas necessitarem de alguma averiguação imediata, que possam comprometer o andamento da obra, deverá comparecer no local, sempre que solicitado, em no máximo 03 horas após o chamado.

Os prazos para elaboração dos projetos serão definidos, conforme a complexidade dos mesmos, em Ordem de Serviço a ser emitida quando da solicitação do serviço.

#### 6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, uma vez que os serviços são mensais. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização dos serviços será realizada pelo servidor Sérgio Biancon matrícula nº 138-2/1 – Secretário Municipal de Obras, Viação e Trânsito Adjunto.

Por tratar-se de serviço contínuo e com predominância de mão de obra o contrato deverá prever a possibilidade de reajuste e repactuação de valores, e ainda o reequilíbrio econômico financeiro, conforme Art. 92, parágrafos 3º e 4º da Lei Federal 14.133/2021.

#### 7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento a empresa vencedora será realizado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante autorização da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito. Para tanto, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar a Nota Fiscal competente até último dia útil de cada mês. (No pagamento serão realizadas as retenções de acordo com a Legislação vigente).

#### 8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto de Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa do ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.

Neste sentido, segue indicação de potenciais prestadores de serviços.

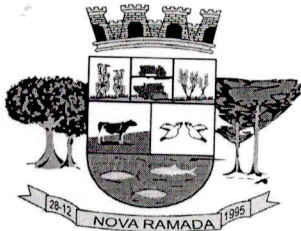
1- FIGUR ENGENHARIA & CIA LTDA, CNPJ 30.648.037/0001-91

2- FRIZZO & FRIZZO LTDA, CNPJ 02.271.961/0001-66

3- POLO ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, CNPJ 19.944.211/0001-00

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de empresas que atuam no ramo pertinente ao objeto solicitado existentes na região.

#### 9. Estimativa do valor da contratação



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

Estima-se para a presente contratação o valor mensal de R\$ 9.566,21 (nove mil quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos) totalizando total de R\$ 47.831,05 (quarenta e sete mil oitocentos e trinta e um reais e cinco centavos) para o período de agosto a dezembro de 2023.

Observa-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do artigo 23 da Lei federal 14.133/21. A planilha de composição de preços do valor da hora foi elaborada pela empresa **MAUSS CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.368.332/0001-72, contratada pelo Município para essa finalidade.

### 10. Adequação orçamentária


De acordo com o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.

### 11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

( x ) NÃO.

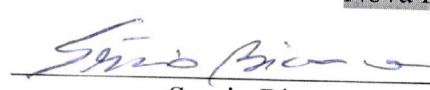
( ) SIM. QUAL?

Nova Ramada, 19 de junho de 2023.

  
Tatiane Raquel Uhde Pippi  
Responsável pela elaboração

Em acordo:

Nova Ramada, 19 de junho de 2023.

  
Sergio Biancon  
Secretária Municipal de Obras, Viação e Trânsito (adjunto)

Parecer do Responsável financeiro:


( x ) Há recursos financeiros disponíveis

( ) A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

( ) Os recursos financeiros estarão disponíveis na efetiva contratação.

( ) Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_

Nova Ramada, de junho de 2023.

  
Cristina Breitenbach da Silva  
Secretária Municipal da Fazenda





ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 04-2023

PROJETO / ATIVIDADE:		041220001.2.017000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras, Viação e Trânsito				CÓDIGO DA DESPESA:	
Fonte de Recursos:						1999	
Serviço de terceiros						Detalhamento da Fonte:	
						SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	
						DESCRIÇÃO	
						Contratação de empresa que realize serviços técnicos profissionais na área de Engenharia Civil.	
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.			VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL
1	1	120	meses			R\$ 9.566,21	R\$ 1.147.945,20
							R\$ -
TOTAL DA DESPESA							R\$ 1.147.945,20

Observação: Para o exercício de 2023 deverá ser considerado o valor de R\$ 47.831,05, sendo o restante empenhado nos anos subsequentes.



Responsável pela Elaboração



Secretário



Empenhos

Pag. 043

